



Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: avanços, recuos e contradições

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : avanços, recuos e contradições / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-248-7 DOI 10.22533/at.ed.487201008 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta através do e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, recuos e contradições” pesquisas que contemplam debates bastante relevantes, considerando-se a importância da pesquisa para reconhecimento e registro dos impactos das consequências das contradições postas no atual contexto nacional.

O e-book é composto por vinte e dois artigos, com temáticas relacionadas principalmente a três eixos: Empreendedorismo e gestão empresarial; Cidadania e políticas públicas e Estratégias relacionadas a resolução de conflitos e processos judiciais.

No eixo que se refere ao empreendedorismo e gestão empresarial, os estudos são tratados a partir da análise do processo de planejamento, gestão de pessoas, estratégias competitivas, sustentabilidade e possíveis impactos diante da diminuição do apoio do poder público no que se refere a áreas de desenvolvimento.

As pesquisas que se relacionam com a temática cidadania e políticas públicas são contempladas a partir de um mapeamento de estudos que se referem aos processos de exclusão social nos programas de pós graduação, impactos nas políticas públicas diante das mudanças dos processos de gestão e formas de atuação estatal, a comunicação como estratégia para democratização e visibilidade dos direitos, questões de gênero, patrimônio histórico e habitação.

As mudanças que vem ocorrendo na forma de atuação do sistema judiciário ganham visibilidade nas pesquisas publicadas, ao apresentarem como objeto de análise a conciliação, a resolução de conflitos, a auto confrontação e a justiça restaurativa.

Esperamos que o e-book possa contribuir com o compartilhamento das pesquisas realizadas, fortalecimento da ciência como instrumento de democratização do conhecimento, bem como, que favoreça a realização de novos estudos para desvelamento dos avanços, recuos e contradições postos no cotidiano da vida em sociedade.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BRASILEIRA EMPREENDEDORA DO SÉCULO XXI: O PERFIL, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS	
Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho Wesley Fernandes Araújo Neila Pio de Moraes Stênio Lima Rodrigues José Janielson da Silva Sousa Luzia Rodrigues de Macedo Neilany Araujo de Sousa Ana Maria Soares de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.4872010081	
CAPÍTULO 2	14
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE MARKETING NO EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DA INCUBADORA MACKENZIE	
Matheus de Souza Silva Roberto Gondo Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.4872010082	
CAPÍTULO 3	30
A INFLUÊNCIA DA LIQUIDEZ E DO ENDIVIDAMENTO NA MARGEM EBIT DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO	
Jose Matias Filho Caio Yudi Kunii	
DOI 10.22533/at.ed.4872010083	
CAPÍTULO 4	43
GESTÃO DE PESSOAS EM PROJETOS NO WALT DISNEY WORLD	
Beatriz Dantas Marques Virgínia do Socorro Motta Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.4872010084	
CAPÍTULO 5	55
MODELO SEE-NOW, BUY-NOW COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DA MODALIDADE FAST-FASHION NA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL	
Liliane Melo de Lima Ana Lúcia Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4872010085	
CAPÍTULO 6	65
EVENTOS E SUSTENTABILIDADE: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES	
Felipe de Oliveira Silva Maria Carolina Bucco Mirian Teresinha Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.4872010086	
CAPÍTULO 7	76
O IMPACTO DA REDUÇÃO DE APOIO DO GOVERNO NO PROCESSO DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO NO APL DE ARTESANATO DE PALHA EM MASSAPÉ - CE	
Luis André Aragão Frota Anne Graça de Sousa Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4872010087	

CAPÍTULO 8 95

A EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES TEMÁTICAS: MAPEAMENTO DE TESES (2015 – 2017)

Deborah Yoshie Arima

Arlinda Cantero Dorsa

DOI 10.22533/at.ed.4872010088

CAPÍTULO 9 107

DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS AO PROGRAMA REDENÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CRACOLÂNDIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Alessandra Medeiros

Viviane de Paula

Geovane Borges da Silva

Leonardo dos Santos Lindolfo

DOI 10.22533/at.ed.4872010089

CAPÍTULO 10 119

O PODER DO RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE DIVULGAÇÃO DO DIREITO E ACOMPANHAMENTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS

Luiz Jeha Pecci de Oliveira

José Manfroi

DOI 10.22533/at.ed.48720100810

CAPÍTULO 11 131

RELEVÂNCIA DAS VARIÁVEIS LATENTES EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA ANÁLISE FATORIAL E DA MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS

Paulo Roberto da Costa Vieira

DOI 10.22533/at.ed.48720100811

CAPÍTULO 12 145

SOCIALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa

Adir Luiz Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.48720100812

CAPÍTULO 13 157

HABITAÇÃO RIBEIRINHA EM MANACAPURU: ESTUDO DAS VEDAÇÕES DOS ENCAIXES POR PROTOTIPAGEM RÁPIDA

Ana Carolina Sevzatian Terzian

Célia Regina Moretti Meirelles

DOI 10.22533/at.ed.48720100813

CAPÍTULO 14 171

A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CASO DO ESPAÇO HAROLDO DE CAMPOS DE POESIA E LITERATURA (SP)

Letícia Cassiano dos Santos

Juliana Maria Vaz Pimentel

DOI 10.22533/at.ed.48720100814

CAPÍTULO 15 184

ANDROID-GYNE: PERFORMANCE, GÊNERO E LIMINARIDADE

Ana Beatriz Barreira Leite

Romário Cosme da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48720100815

CAPÍTULO 16	192
BANCA PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO: INSTRUMENTO PARA PREVENIR E COMPOR CONFLITOS JUDICIAIS E OS REFLEXOS PÓS-COVID-19	
Tatiane Oliveira Martins	
Jéssica Daiane Filgueiras Sampaio	
Joseline Mangabeira da Silva	
Alexandre Ernesto de Almeida Pereira	
Liliane Vieira Martins Leal	
DOI 10.22533/at.ed.48720100816	
CAPÍTULO 17	204
ESTUDO SOBRE ASPECTOS DA FORMAÇÃO E DO PAPEL DO INTERVENIENTE NA CLÍNICA DA ATIVIDADE: EM SITUAÇÃO DE AUTOCONFRONTAÇÃO	
Dalvane Althaus	
DOI 10.22533/at.ed.48720100817	
CAPÍTULO 18	222
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO CAMPO DE PRATICAS SOCIOEDUCATIVAS	
Stella Maris Flores Cucatti	
DOI 10.22533/at.ed.48720100818	
CAPÍTULO 19	233
ENTRE “MORTADELAS” E “COXINHAS”: O DISCURSO POLÍTICO DOS YOUTUBERS BRASILEIROS	
Amanda Cristine Zanoto Fouani	
DOI 10.22533/at.ed.48720100819	
CAPÍTULO 20	243
MARIA JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO: UMA HISTÓRIA DE VIDA	
Stephanie Jully Santos de Oliveira	
Michelle Marques Manhães	
Rayssa da Cruz Ramos Silva	
Priscila da Silva Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.48720100820	
CAPÍTULO 21	253
AVALIAÇÃO DO GRAU DE EMPREENDEDORISMO DE EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM	
Daiane Oliveira Medeiros	
Ana Flávia Monteiro Diógenes	
Paula Maria Pedrosa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.48720100821	
CAPÍTULO 22	263
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM	
Daiane Oliveira Medeiros	
Ana Flávia Monteiro Diógenes	
Renan Gonçalves Gabriel	
DOI 10.22533/at.ed.48720100822	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	273
ÍNDICE REMISSIVO	274

DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS AO PROGRAMA REDENÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CRACOLÂNDIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Data de aceite: 30/07/2020

Alessandra Medeiros

Centro Universitário Assunção
São Paulo – SP

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4412750124024718>

Viviane de Paula

Centro Universitário Assunção
São Paulo – SP

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6668667722732383>

Geovane Borges da Silva

Centro Universitário Assunção
São Paulo – SP

Leonardo dos Santos Lindolfo

Centro Universitário Assunção
São Paulo – SP

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a forma como o poder público vem respondendo as demandas encontradas na Cracolândia, na cidade de São Paulo; região popularmente assim denominada em função da concentração do grande número de pessoas em situação de rua, que apresentam dependência por álcool e outras drogas, em especial, o crack. A trajetória percorrida para tal intento foi de contextualizar historicamente a formação

deste território; realizar análise comparativa dos dois programas interventivos em períodos que compreendiam ações tanto no âmbito do município quanto do Estado nos últimos cinco anos; e por fim, apresentar algumas considerações diante da complexidade da situação vivenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, dependência química, pessoas em situação de rua, Cracolândia.

ABSTRACT: The present paper aims to analyze how the Public Authority deals with the social demands found at Brazilian's Skid Row, located in São Paulo (known in Brazil as Cracolândia). The reason why this aforementioned area is designated as "Cracolândia" is due to the overwhelming number of homeless people with also have associated alcohol and other drug abuse, remarkably crack. The pursuit that was intended in this paper had the objective of structure and define, by historical means, the inception of the aforementioned territory. Undergo with a comparative assessment of the interventionist programs on Social Health Care that were active at the time frame analyzed by the present paper, by the means of understanding the role of both Municipal Government and the State, which underwent by five years, and in

conclusion show some evaluations, as facing the social circumstance's experienced.

KEYWORDS: Public Policies, Drug Abuse, Homeless People, *Cracolândia*.

INTRODUÇÃO

A proposição ora empreendida objetiva analisar comparativamente os Programas “De Braços Abertos” e “Redenção” como intervenções governamentais no âmbito da Política Pública no território da Cracolândia, região central da cidade de São Paulo. Esta localidade concentra expressivo número de pessoas em situação de rua e que apresentam dependência por álcool e outras drogas, em especial, pelo crack. O caminho escolhido para percorrer os meandros da questão social e a complexidade de suas expressões, inicia-se com a apresentação do panorama de segregação urbana nesta região; seguindo rumo a caracterização do território e das pessoas que fazem deste território um espaço de laço social e de sociabilidade, entremeados pela dependência química. Nesta trilha a análise das diferentes políticas públicas implementadas no local, ao longo dos últimos cinco anos, na especificidade dos dois programas acima mencionados, torna-se fundamental para, então, arriscarmos a tecermos algumas considerações em torno da efetividade das ações governamentais que foram realizadas até o momento.

I- SEGREGAÇÃO URBANA E A CRACOLÂNDIA: UM MUNDO PARARELO

Ao caminharmos na região da cracolândia pela primeira vez, tem-se a sensação de estar entrando em contato com outra realidade; impossível não flertarmos com o estranhamento, em comparação com tudo o que já vimos. Diversos sentimentos nos invadem, ao transitarmos pelas ruas: por vezes, temendo ser alvo de assalto, ou mesmo, da abordagem de alguma pessoa em situação de rua pedindo alimentos ou dinheiro. Em nosso imaginário perpassam inúmeras possibilidades explicativas para aquela situação. Entretanto, somente alguns, frente ao medo e a insegurança, conseguem ultrapassar a fronteira da crítica vulgar e estabelecer crítica radical acerca dos reais motivos que levam um número demasiado de pessoas a se aglutinarem numa sobrevida. Dentre as razões, certamente, a trajetória de violações de direitos, cotidiano de violência, e o descaso do poder público, raramente elencam o rol de explicações possíveis.

Tão próximos e tão visíveis - mas, ao mesmo tempo, tão distantes e tão invisíveis. É como se fizessem parte de uma outra nação, tivessem diferentes códigos, costumes, línguas. Amedrontam mais por serem tão diferentes e tão próximos, mesclando a visibilidade com a invisibilidade. A exclusão se presta como uma linha, em todo o “nosso” território, criando fronteiras imaginárias. (CHIAVERINI, 2007, p.09)

Para compreendermos inicialmente quem são essas pessoas que naquele território passam seus dias, faz-se necessário compreendermos os fenômenos que estão por trás

dessas vidas que, para muitos, e para a mídia, são “vidas perdidas”.

[...] perda de raízes e situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes e desabilitados para os circuitos básicos da sociedade. Não se trata, convém lembrar, de um estado ou condição, mas de um processo que é preciso perseguir para delinear suas transformações pois a questão social só pode ser equacionada através da perspectiva histórica. (KOWARICK, 2009, p.86)

É comum identificar a situação vivida por estas pessoas como de extrema vulnerabilidade social, de exclusão social e pobreza. Não raro, de culpabilizá-las pelo próprio sofrimento, comumente, desconsidera-se a tríade Estado, mercado e sociedade como elementos fundamentais de viabilização da existência em espaços urbanos, cuja a tônica é a função social desempenhada pelo indivíduo, em especial no mercado de trabalho. Marcando os de “dentro” e os de “fora”, os primeiros são os que mesmo diante das condições mais difíceis conseguem se manter funcionais no sistema capitalista, por natureza excludente, e alçar patamares mínimos de cidadania. Os de “fora” tornam-se “sobrantes, desnecessários, constituem-se de amplos segmentos da população, cuja a força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p.33). A pobreza espalha-se pelas ruas das cidades, mescla-se com os monumentos históricos, torna-se cada vez mais urbana, se complexifica e faz, da ideia de cidadania, uma abstração.

[...] pobreza é urbana não apenas porque a maioria dos pobres vive nas cidades e zonas metropolitanas, ou porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais, soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. Ela é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. (LAVINAS, 2003, p.02)

A esse respeito, Marques acrescenta que “o conceito de pobreza só pode ser entendido como uma construção social, já que as sociedades sancionam coletivamente o conjunto de bens e serviços ao qual todos os seus cidadãos devem ter acesso” (2005, p. 40).

Analisar a pobreza urbana não é uma tarefa fácil, porque é um tema carregado de conteúdos ideológicos e é objeto de disputas acirradas entre atores políticos, pois seu reconhecimento social define a atribuição de benefícios e custos relativos ao desenvolvimento de políticas voltadas para combatê-la devendo considerar, sobretudo, as múltiplas dimensões da pobreza. (MARQUES, 2005, p.39)

A pobreza tem sua raiz na produção de desigualdade, própria da sociedade capitalista, trabalho coletivo, riqueza socialmente produzida e sua apropriação distribuída de forma desigual. Tal distribuição desigual gera a questão social e suas múltiplas expressões.

Importante destacar que estas expressões não se constituem apenas na dimensão material da vida mas, sobretudo, na dimensão espiritual da vida. Ou seja, de acordo com a compreensão marxiana, na produção e reprodução social da vida (MARX, 2013).

Percebemos, dessa forma, a heterogeneidade da pobreza. Wanderley (2009, p.76) explica que desigualdade é um processo complexo e contraditório e vincula-se “[...] à cidadania política, à renda, ao acesso à justiça, à saúde, à escola, à cultura, ao lazer, à segurança etc”. Sendo assim, cabe-nos indagar: de que forma a pobreza atinge a população da Cracolândia? A primeira inferência deste estudo se faz no sentido de compreender que as pessoas que vivem naquele território possuem especificidades que ultrapassam o conceito de pobreza material, e qualquer intervenção junto a elas, demanda atendimentos e encaminhamentos considerando as singularidades de suas necessidades e histórias de vida, tendo a dimensão territorial como um fator preponderante. Assim como, o laço social que constituem o grupo de pessoas que ali circulam, transitam e/ou vivem.

Esse elemento é importante porque, como as desigualdades sociais tendem a ser cumulativas, o território pode cumprir um papel importante em sua produção e reprodução, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza e destituição, mesmo contra esforços em contrário desenvolvidos pelo Estado, por exemplo. (MARQUES, 2005, p.42)

Nesse sentido, a associação da desigualdade social a espaços territoriais remete-nos a desigualdades de acesso, ou seja, dentre as desigualdades sociais estão as desigualdades de acesso, que podem ser, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho e o acesso a políticas públicas.

Dois conjuntos principais de diferenciais de acesso estão aqui presentes – acesso ao mercado de trabalho (que gera oportunidades diferenciadas) e acesso às políticas públicas (que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana). Esses elementos influenciam fortemente as possibilidades de alcançar bem-estar individual e coletivo ou ingressar em situação de vulnerabilidade e pobreza, embora os dois tipos de acesso digam respeito a elementos diferentes. Nas palavras de Rúben Kaztman, o primeiro tipo de acesso se liga primeiramente “às estruturas de oportunidades”, enquanto o segundo se associa a parte do que Caroline Moser denomina “vulnerabilidade de ativos”. (MARQUES, 2005, p.42)

O território é um importante instrumento de análise e compreensão das desigualdades sociais intraurbanas, as condições de acesso a serviços, bens e recursos públicos são importantes indicadores para o entendimento de como as pessoas se organizam, sentem-se pertencentes e desenvolvem a sociabilidade. Alguns territórios possibilitam alçar patamares de cidadania mais efetivos, outros, ao contrário, segregam e marginalizam grupos (SANTOS, 2008).

Torna-se fundamental então a discussão, ainda que breve, da segregação social e seus impactos em determinada população. Neste sentido, a segregação territorial reduz o contato entre as pessoas, estreitando possibilidades e oportunidades, inclusive de construção de redes sociais capazes de potencializar a comunidade em suas relações internas e externas.

No que se refere a dimensão urbana da segregação, ela pode ser atribuída a algumas causas, segundo Marques (2005, p.45), dentre elas:

- A dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social, ou seja, tudo é pensado a partir dos interesses do sistema capitalista, agravando os padrões de segregação e as condições de vida das periferias;
- A dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção de moradia: aqui apontam estudos dos incorporadores e suas lógicas e ainda a maneira como o mercado de terras distribui os grupos sociais e as atividades econômicas das cidades; O Estado e as políticas públicas: poder regulatório do Estado sobre o território das cidades, além da própria legislação de zoneamento, ou ainda o aumento do valor de determinadas regiões da cidade, pela construção de obras públicas, por exemplo, e a construção de conjuntos habitacionais socialmente homogêneos em áreas periféricas;
- A ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito: “[...] a segregação e a pobreza urbana são produzidas e reproduzidas pela lei e sua aplicação”.

Deste modo, a segregação urbana tem suas raízes naqueles elementos já mencionados e que são primordiais para a viabilização da existência humana numa sociedade capitalista, o mercado, a sociedade e o Estado. Sendo que as Políticas Públicas são fundamentais para garantir não só a melhoria das condições de vida em determinado território mas, sobretudo, a infraestrutura de transporte para o deslocamento populacional e a real apropriação dos espaços da cidade pelos seus cidadãos. De forma alguma, podemos deixar de considerar como apontado pelo autor a ordem jurídica como elemento regulador da produção e reprodução da vida social nas sociedades capitalistas, em especial, nos grandes centros urbanos. A questão fundamental que se coloca é a compreensão do território como um fator de risco ou de proteção em relação à população que ali constroem suas trajetórias de vidas.

II- PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CRACOLÂNDIA

A capacidade de acolhida de um território, em especial nos grandes centros urbanos, é em certa medida, mensurada pela capacidade de geração de trabalho e renda. Desde a Revolução Industrial, a vida na cidade ganhou novos contornos, aglutinando pessoas que necessitavam vender sua força de trabalho para sobreviver. É também deste período histórico o crescimento não planejado das cidades, ocasionando sérios problemas de saneamento básico, saúde, condições de vida precárias e falta de moradia. O que era e ainda é peculiar aos grandes centros urbanos é o recrudescimento da questão social e suas múltiplas expressões, o que pressionará o Estado a intervir junto às mazelas populacionais.

Dentre as expressões da questão social mencionadas acima, a situação de rua é na qual nos deteremos neste item. Segundo os dados do Censo da População de Rua

de 2019, descritos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, o número de pessoas em situação de rua é de 24.344 pessoas. Destas, 85 % são homens e 70% são negros. O número total é 60% superior se comparado ao mesmo Censo realizado no ano de 2015. A faixa etária prevalente é a de 31 a 49 anos. Dentre os motivos que levaram à situação de rua o conflito familiar encabeça a lista com 50%, e o uso de drogas corresponde a 33%, o desemprego 13% e a falta de moradia 13%.

A cidade de São Paulo pode ser considerada um território tanto de acolhida quanto de risco. As pessoas em situação de rua compõem um grupo extremamente vulnerabilizado, e em risco, no território. Estar em situação de rua significa, em muitos casos, ter estado em situação de violência e/ou violação de direitos.

No que se refere a violação de direitos, torna-se importante destacar que a Constituição Federal de 1988 garante, dentre os direitos sociais, o direito à moradia. A realidade social concreta vivenciada pela população em situação de rua mostra que este e tantos outros direitos são cotidianamente aviltados. O não acesso e/ou a ineficácia das políticas públicas atesta a incompetência do Estado em proteger socialmente seus cidadãos.

art. 6º: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, na forma desta constituição, bem como a inclusão do direito à moradia e sua inclusão dos direitos sociais” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

O território da Cracolândia, em sua singularidade de abarcar pessoas em situação de rua, que em sua maioria são dependentes químicos, em especial do crack, é objeto de reportagens de cunho sensacionalista que transmitem informações que engendram uma representação social generalista e pejorativa do espaço e das pessoas que ali vivem. Comumente, a população em geral, atrela a Cracolândia ao uso de drogas, a marginalidade e ao tráfico de drogas. Não faltam elucubrações sobre qual seria a melhor estratégia para pôr fim a Cracolândia. Seja pela população ou pelos meios de comunicação, pouco se discute seriamente, sobre quais seriam as estratégias mais eficazes para possibilitar que as pessoas que estão na Cracolândia tenham melhores condições de vida. Tratando-se de uma questão complexa que clama por intervenção articulada entre as políticas públicas de habitação, assistência social, educação, segurança pública e saúde, no sentido de construção de estratégia conjunta e efetiva naquele espaço de sociabilidade.

No que se refere à aproximação conceitual por parte das políticas de saúde pública ao que, de fato se entende por “drogas”, para que seu uso seja adequado e não pejorativo, estigmatizando as pessoas que padecem deste sofrimento, faz-se necessárias algumas aproximações:

“Droga”, segundo a definição da organização mundial da saúde (OMS) é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas causando alterações em seu funcionamento. “Droga” não é por si só, boa ou má. (SENAD, 2015, p.115)

Sérgio Nicastrí nos atenta para repelirmos toda e qualquer ação rotuladora, pejorativa e estigmatizante do termo: "Vale lembrar que todas as substâncias psicoativas têm o poder de provocar dependência. No entanto, há substâncias aparentemente inofensivas e presentes em muitos produtos de uso doméstico que possuem esse poder" (2011, p.19).

A representação social do uso de drogas precisa ser largamente debatido, ainda mais, no âmbito de uma sociedade capitalista, na qual determinados segmentos de mercado lucram demasiadamente com a venda de drogas como o tabaco, a cafeína, e na especificidade brasileira, é senso comum, compreender a movimentação comercial e publicitária da produção de cerveja.

Algumas substâncias são usadas para tratamento de doenças e são consideradas medicamentos; outras substâncias provocam malefícios à saúde: os venenos ou tóxicos. Há ainda a classificação quanto as substâncias que são lícitas, comercializadas de forma legal, podendo estar ou não submetidas a controle governamental. A título de exemplo, o álcool é uma droga lícita, enquanto o crack é uma droga ilícita (NICASTRI, 2011, p.20).

No caso do uso do crack, a mídia vem contribuindo para que sua representação social seja demonizada, o preconceito exacerbado, e o senso comum atrelam seu uso a um território periférico, por pessoas de classe econômica desfavorecida, como um mal social, que chegou à região central da cidade que concentra o maior percentual do PIB brasileiro, e além disto, cujo valor do metro quadrado é objeto de especulação imobiliária. Estes são alguns dos motivos pelos quais o senso comum entende que é preciso esvaziar a região denominada há quase 30 anos como Cracolândia.

Na experiência de trabalho social realizado na região, entendemos que a rua acolhe aquele que não é acolhido pela sociedade, pelo Estado, pela Política Pública. A Cracolândia tornou-se um espaço de "acolhimento" que atrai pessoas de vários estados brasileiros, várias etnias, gêneros, religiões, formações acadêmicas e profissionais. O fato dessas pessoas se deslocarem para esta região, indica que há ali algum elemento que estabelece o laço social e dando a sensação de pertencimento, o que talvez, não seja encontrado em outras regiões com características semelhantes.

A experiência profissional neste território demonstra que não é o crack o chamariz para as pessoas estarem ali. O crack não é o responsável pela aglutinação e vulnerabilização social dessas pessoas, como alardeiam os meios de comunicação. Os elementos que vulnerabilizam socialmente uma população e a expõe a riscos como o uso abusivo de drogas, se refere a um somatório de precariedades para além da situação socioeconômica. A pobreza potencializa e é potencializa pelas situações de vulnerabilidade social (YAZBEK, 2009). Assim sendo, atribuir a formação e a sustentação do território da Cracolândia ao crack é desconsiderar todo o processo histórico, social, econômico, político e psicológico dos que ali permanecem.

As especificidades do uso do crack são apontadas pela literatura, assim como, seu

rebatimento nos comportamentos dos que fazem uso desta substância,

A dependência se relaciona a problemas pessoais, familiares e sociais bastante graves, onde há uma proporção maior de uso intenso e de aumento da fissura entre aqueles que usam crack”. Fumar crack é a forma mais fácil de fazer com que a droga chegue ao cérebro, com isso a ação é a mais rápida dentre qualquer outra droga, levando de 10 a 15 segundos para ocorrer os primeiros efeitos (SENAD, 2015, p.187)

Para entender mais sobre a ação do crack, é necessário fazer uma apreensão de como a droga chega ao cérebro, qual sua ação em nível neurológico, e como são produzidas as sensações.

O uso do crack estimula uma área no cérebro, a mesma que é ativada quando existe na pessoa uma satisfação sexual ou de quando se bebe água quando tem sede. Esta é uma das principais regiões envolvidas com os quadros de dependência, com o uso do crack essa região é estimulada enormemente, Os efeitos da droga aparecem imediatamente após o primeiro uso, efeitos esses como: aceleração do coração, agitação psicomotora, dilatação das pupilas, sudorese e tremor muscular, perda da sensibilidade e esta aí o porquê de perder a libido, o cuidado com a saúde e corpo.(SENAD, 2015, p.191)

O uso do crack, sua atuação no organismo e a dependência que esta substância causa, nos atenta para entender a questão como um problema de saúde mental, ou seja, de saúde pública. Intervir no fenômeno da perspectiva da saúde pública, possibilita ofertar cuidados de saúde, retirar a carga ideológica do uso, da ilicitude, e, articular as demais políticas públicas para o enfrentamento de fato do problema. É um agravo pensar no uso do crack de forma polarizada, ora como problema social, ora como problema de segurança pública. Quando na verdade trata-se, de um complexo social, que demanda novas abordagens e estratégias de todas as políticas que pretendem atuar no fenômeno.

III – DO PROGRAMA “DE BRAÇOS ABERTOS” AO PROGRAMA REDENÇÃO

Experiências bem-sucedidas no exterior, mais especificamente em Portugal e Canadá, mostram que o enfrentamento à dependência química demanda ações do Estado em várias dimensões. A primazia deve ser em tratar a questão no âmbito da saúde pública, construir abordagens baseadas na perspectiva da redução de danos, tratar das comorbidades oriundas da precariedade da situação de rua, garantir centros de acolhidas, refeições, banhos quentes, no sentido de garantir níveis básicos de dignidade humana.

Neste sentido, o Programa “De Braços Abertos” implementado pela prefeitura de São Paulo na gestão de Fernando Haddad, voltado para intervenção intersetorial, na perspectiva da redução de danos, possibilitando acesso a oportunidades de trabalho, cuidados relativos à saúde, atendimentos pela política de assistência social, em especial com possibilidades de centros de acolhida e moradia em republicas e hotéis sociais, respeitando a organização de cada sujeito diante das possibilidades ofertadas. De inspiração na experiência de projeto semelhante implementado na cidade de Vancouver (Canadá) no qual era ofertado para as pessoas em situação de vulnerabilidade social

insumos que possibilitasse que não compartilhassem seringas e cachimbos diminuindo assim as doenças periféricas ao uso do crack.

No início da implementação do programa a carga ideológica mostrou sua força, grande parte da população se mostrou contrária a abordagem adotada pelo governo. Contudo, quando os primeiros resultados foram apresentados houve a possibilidade de diálogo com maior abertura e possibilidade de compreensão da questão. Os dados da Prefeitura de São Paulo mostraram que 87% dos usuários do programa reduziram o uso de substâncias psicoativas. Destes, 65% retomaram o vínculo familiar. A adesão a oportunidades de trabalho oferecidas pelo programa foi de 85% (RUI; FIORE; TÓFOLI, 2016).

Importante destacar que como mostra a experiência de Portugal, os profissionais de segurança pública passaram por um processo de reconstrução da própria atuação, tanto na abordagem com os usuários quanto na concentração efetiva nos grandes traficantes. A experiência no Programa “De Braços Abertos” contemplava não somente a participação da segurança pública, em especial da Guarda Civil Metropolitana, mas também, o treinamento dessas equipes para atuarem em outra perspectiva, a exemplo, a mediação de conflitos, assim, com mais efetividade suas ações abarcavam as múltiplas questões que o território da Cracolândia demandava, questões estas de altíssima complexidade.

Tal programa era uma política de governo, e não uma política de Estado, por isso, ao término da gestão de Haddad, e o empossamento do então prefeito eleito democraticamente João Dória Jr., a decisão por não manter o programa e a mudança de paradigma em torno da questão trouxe consequências desastrosas para a população e funcionários das diversas políticas públicas que ali atuavam.

Em maio de 2017, a perspectiva de intervenção do governo mostrou sua força numa operação realizada na região da Cracolândia que reuniu, aproximadamente 500 policiais militares contemplando a Guarda Civil Metropolitana, o Grupo de Operações Especiais – GOE, atiradores de elite, cães farejadores e tropa de choque. Um cenário de guerra com profissionais altamente qualificados da segurança pública para fazer o enfrentamento a dependentes químicos, em situação de rua e com agravamentos de saúde.

A abordagem no território foi o de apreender objetos de uso pessoal, entre eles, cobertores, roupas, lixo para venda em coletas de recicláveis, invasão de casas e pensões (sem mandado judicial) espalhando terror e angústia àqueles que já pouco acreditavam nas possibilidades de vida digna, e da acolhida do mundo.

O então Prefeito João Dória Jr., alinhado a políticas neoliberais e com projeto de transformar São Paulo numa “Cidade Linda”¹, não mediu esforços para revitalizar a área central da cidade, objetivando atender os interesses de grandes investidores do ramo imobiliário. Com o objetivo de valorizar a região para especulação imobiliária

1 Programa implementado pela Prefeitura de São Paulo, na gestão do Sr. João Dória Jr, o SP Cidade Linda promove em uma grande via o trabalho integrado das áreas de limpeza urbana, segurança pública, assistência social e de empresas que prestam serviços à gestão e de empresas parceiras (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017).

e a revalorização do comércio do entorno, a prefeitura ignorou as políticas até então implementadas na região e sem processo de transição encerrou o Projeto “De Braços Abertos” e implementou o Projeto “Redenção”.

O Projeto Redenção adotou perspectiva do âmbito da segurança pública, no que se refere a saúde mental, a abordagem foi de desconsiderar a capacidade do sujeito em opinar e fazer escolhas a respeito de sua própria saúde. A defesa da internação compulsória, entendida no senso comum, como solução ao problema da dependência química, foi amplamente divulgada, ainda que, em São Paulo não houvesse leitos suficientes para a internação. Tal abordagem vai de encontro ao substancial movimento de profissionais da saúde mental que defendem o tratamento em sociedade e não de forma asilar. Isto é o que prevê a política de saúde mental, com a implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

A bandeira da internação compulsória continuou a ser hasteada quando o então vice-prefeito Bruno Covas assumiu a prefeitura, dado que João Dória Jr, abandonou o cargo para concorrer a eleição para o cargo de governador do Estado. Em relação a internação compulsória é importante destacar,

Art. 9. Internação compulsória é determinada pela justiça: de acordo com a legislação vigente, a internação compulsória é determinada pelo juiz competente, que levará em conta o laudo médico especializado, as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do usuário, dos demais internados e funcionários. (BRASIL, Lei n.10216, 2001)

Internações compulsórias ocorreram alinhadas ao projeto higienista do governo, ainda que várias entidades do âmbito da saúde mental se posicionassem contrariamente a arbitrariedade do governo, a exemplo o Conselho Federal de Psicologia,

Tratamento da dependência de drogas, direitos humanos e dignidade do paciente, explicita que o direito de autonomia e autodeterminação, o combate ao estigma, preconceito e à discriminação e ao respeito aos direitos humanos devem ser observados em qualquer estratégia de tratamento para a dependência de drogas. Este documento também recomenda que o tratamento não deve ser forçado aos pacientes. A internação compulsória é considerada uma medida extrema, a ser aplicada apenas a situações excepcionais de crise com alto risco para o paciente ou terceiros, e deve ser realizada em condições e com duração especificada em lei. Ela deve ter justificativa clara e emergencial além de caráter pontual e de curta duração. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2013/2016, p.14)

A internação involuntária não é uma questão de segurança pública, e sim uma questão de saúde mental. Se necessária, e quando necessária, são os profissionais desta área que devem tomar decisões e providências a respeito. O que se vivenciou recentemente na região da Cracolândia foram atos de violência perpetrada pelo poder público, utilizando a força de coerção da polícia. Se a estratégia utilizada pelo poder público é a violência institucional, como estes sujeitos em situação precária de vida e de saúde podem experimentar uma autodefinição de sua existência? Como poderão desenvolver novas formas de sociabilidade? Mais dignas e humanas? Enfrentar a

dependência química na região da Cracolândia torna imperativo enfrentar a desigualdade social, efetivar instrumentos de proteção social à essa população e democraticamente oferecer possibilidades de vida para além do uso abusivo de álcool e outras drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois programas de governo analisados mostram dissonâncias no que se refere ao cuidado que o Estado deve aos seus cidadãos, sejam eles, saudáveis do ponto de vista da saúde mental, ou àqueles que padecem de sofrimento, em especial ao sofrimento pelo uso abusivo de álcool e outras drogas.

A região da Cracolândia resiste! Resiste a violência institucional perpetrada pelos governos municipais e estaduais. Resiste ao senso comum, à mídia, a população que entende que a dependência química é uma questão moral e não de saúde, especificamente de saúde pública. Resiste ao uso de formas violentas de higienizar o território, formas estas, física e simbólica. A população da Cracolândia resiste à extrema vulnerabilidade social, ao desemprego, ao preconceito, a segregação, e forja formas de sociabilidade em meio ao caos do viver numa sociedade capitalista sem ter sua força de trabalho para vender e, portanto, como sobrantes e desnecessários, tornam-se, descartáveis.

O Programa de Braços abertos demonstrou através de seus resultados que a política voltada para o cuidado com a saúde, trabalho e redução de danos pode propiciar efetivamente novas formas de desenvolvimento de sociabilidade. Na contramão, deste movimento, o Programa Redenção ignorou os resultados até então alcançados e apostou na violência institucional como abordagem.

Se por um lado é interessante para o governo sustentar uma narrativa na qual a Cracolândia é um lugar perigoso, de marginais, traficantes, para qual a solução é a limpeza do espaço às custas do uso da força coercitiva do Estado. A cracolândia responde inventando formas de resistência, soluções por ela mesma, sustentando a ocupação do espaço e, portanto, disputando narrativas. A Craco Resiste!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Lei n. 10 216 de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtorno mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm> Acesso em: 01 jul. 2019.

CHIAVERINI, Tomás. **Cama de cimento: uma reportagem sobre o povo das ruas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. **Relatório de inspeção de Comunidades Terapêuticas para**

usuárias(os) de drogas do Estado de São Paulo. Mapeamento das violações dos Direitos Humanos. 2013-2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** Fotografias de Antonio Saggese. São Paulo: Editora 34, 2009, 320 pp.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAVINAS, Lena. **Luta Contra a Pobreza Urbana.** Rede Urbal: Documento Base URBAL 10. [Documento de Guia]. In: Rede Urbal. São Paulo: PSP/Sec. Rel. Internacionais, 2003. [mimeo].

MARQUES, Eduardo. **Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado.** In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1:o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

NICASTRI, Sérgio. **Drogas: classificação e efeitos no organismo.** In: BRASIL. Prevenção do uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 5 ed. Brasília: SENAD, 2013.

SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria Especial de Comunicação. **Programa Cidade Linda chega ao Centro Histórico da capital.** Disponível em: < <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-sp-cidade-linda-chega-ao-centro-historico-da-capital>> Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. **Decreto n. 55.067, de 28 de Abril de 2014. Regulamenta o Programa De Braços Abertos e altera o Decreto n. 444.484, de 10 de Março de 2004, que regulamenta o Programa Operação Trabalho.** Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2014/5506/55067/decreto-n-55067-2014-regulamenta-o-programa-de-bracos-abertos-e-altera-o-decreto-n-44484-de-10-de-marco-de-2004-que-regulamenta-o-programa-operacao-trabalho>> Acesso em: 01 jul. 2019.

_____. **Decreto n. 58.760, de 20 de Maio de 2019. Regulamenta a Lei n. 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, na qual se insere o Programa Redenção, bem como organiza o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica SIAT no Município de São Paulo.** Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2019/5876/58760/decreto-n-58760-2019-regulamenta-a-lei-n-17089-de-20-de-maio-de-2019-que-institui-a-politica-municipal-sobre-alcool-e-outras-drogas-na-qual-se-insere-o-programa-redencao-bem-como-organiza-o-servico-integrado-de-acolhida-terapeutica-siat-no-municipio-de-sao-paulo>> Acesso em: 01 jul. 2019.

RUI, T.; FIORES, M.; TÓFOLI, L.F.; “**Pesquisa preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”.** Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD). Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** Milton Santos em colaboração com Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVEIRA, Daniel. Vencendo a heroína. Cult, ano 15, n.165, p.19-21, Fevereiro. 2012

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **São Paulo, cidade global emergente?** In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise fatorial 131, 132, 134, 135, 136, 138, 143

Apl 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Arquitetura ribeirinha 157, 160, 168, 169

Arte 3, 43, 45, 95, 98, 99, 106, 174, 182, 185, 188, 189, 190, 191, 228, 229, 233, 237, 238, 240

Autocomposição 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 225

Autoconfrontação 204, 205, 206, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

B

Barreiras 2, 3, 6, 11, 12, 17, 187, 189, 235

C

Características socioeconômicas 2

Casa das rosas 171, 173, 181

Clínica da atividade 204, 207, 212, 220, 221

Conciliação 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 223

Conflitos 2, 4, 46, 48, 50, 51, 52, 102, 115, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 222, 223, 224, 225, 229, 232

Cracolândia 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117

D

Dependência química 107, 108, 114, 116, 117

Discurso 67, 85, 133, 183, 187, 206, 208, 209, 212, 213, 215, 220, 221, 233, 238, 239, 240, 242

Disney world 43, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

E

Ebit 30, 31, 32, 35, 37, 38, 39, 40

Educação 3, 4, 5, 6, 7, 6, 10, 82, 96, 102, 105, 106, 112, 121, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 141, 145, 146, 147, 150, 155, 156, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 191, 204, 205, 206, 209, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 237, 246, 247, 251, 261

Educação patrimonial 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

Empreendedorismo feminino 1, 2, 3, 5, 7, 8, 11, 12, 13

Endividamento 11, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Ensino superior 7, 9, 11, 15, 97, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 205, 206, 212

Estado da arte 43, 45, 98, 99, 106

Estratégia competitiva 55, 56, 59

Eventos sustentáveis 65, 73, 75

Exclusão social 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109

F

Fabricação digital 157, 159, 165, 169

G

Gênero 6, 7, 8, 9, 86, 97, 104, 172, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 209, 212, 213, 229

Gestão de pessoas 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52

Gestão de projetos 46

H

História da enfermagem 245

I

Impactos sustentáveis 65, 68

Incubadora 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28

Indústria de eventos 65, 68, 73

Indústria têxtil 55

J

Justiça restaurativa 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

L

Lgbt 233

Liminaridade 184, 185, 186, 187, 191

Liquidez 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 135, 184, 235

M

Mapeamento 81, 85, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 118

Marketing 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 57, 64, 71, 72, 74, 75, 82, 83, 144, 235, 262

Modelagem de equações estruturais 131, 132, 138, 139, 141, 143

Mudanças sociais 82, 119, 120, 121, 122, 127

P

Pedagogia jurídica 119

Performance 49, 50, 56, 76, 184, 185, 190, 191, 204

Pessoas em situação de rua 101, 107, 108, 111, 112

Política 84, 88, 91, 94, 101, 102, 103, 105, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 126, 135, 136, 182, 184, 189, 190, 203, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241

Prototipagem rápida 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 168

R

Rádio 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 235

Rentabilidade 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41

S

See now buy now 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

Sexualidade 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191

Sobrevivência 21, 25, 29, 57, 73, 145, 149, 151, 153, 155, 156, 255, 256, 263, 265, 266, 271

Socialização 87, 88, 89, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190, 228

Startup 14, 15, 19

Sustentabilidade 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

T

Turismo cultural 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

V

Variável latente 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Y

Youtuber 233, 235, 238, 240, 242

Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020